

A Rede Oculta: Partidos, Maçonaria e Negócios de Estado em Portugal

Autor: Francisco Gonçalves / Augustus Veritas Lumen

Este dossier investiga, com base em informações públicas e factos documentados, as conexões entre partidos políticos, empresas públicas e privadas, sociedades discretas como a Maçonaria, e indivíduos que transitaram entre cargos governamentais e empresariais em Portugal nos últimos 50 anos. Não se trata de difamação, mas sim de exposição fundamentada sobre como estas redes moldaram o país, condicionando o desenvolvimento e perpetuando a mediocridade sistémica.

Capítulo 1 – O Sistema Fechado

Após o 25 de Abril, Portugal viveu uma redistribuição do poder político, mas não necessariamente uma democratização plena das estruturas de influência.

As empresas públicas tornaram-se feudos partidários, onde nomeações eram (e são) feitas com base em lealdades políticas e não em mérito técnico.

A privatização de muitas dessas empresas não significou perda de controlo político, mas sim transferência para círculos privados alinhados com os partidos dominantes.

Capítulo 2 – O Triângulo de Ouro

O chamado “Triângulo de Ouro” une partidos políticos, empresas públicas e grandes grupos privados.

Ex-ministros tornam-se administradores de empresas que beneficiaram de decisões políticas tomadas durante os seus mandatos.

Exemplos: ministros das Obras Públicas que mais tarde assumem cargos em construtoras com contratos de PPP; ex-governantes das Finanças que passam para a banca ou consultoras que assessoraram.

Capítulo 3 – A Maçonaria como Cola Discreta

A Maçonaria em Portugal, embora pública na sua existência, mantém um véu de discrição sobre os seus membros.

O que se observa é que, em diversos momentos-chave, figuras ligadas a negócios e política partilham esta pertença, criando redes de confiança invisíveis ao eleitor comum.

Estas redes ajudam a coordenar decisões estratégicas e a proteger membros envolvidos em escândalos.

Capítulo 4 – Negócios de Milhões

Casos paradigmáticos mostram como contratos públicos foram usados para beneficiar grupos privados, com prejuízo direto para o Estado:

- PPP rodoviárias com custos finais 2 a 3 vezes superiores ao previsto.
- Privatizações como a da EDP e da GALP, entregues a capitais estrangeiros após decisões políticas controversas.
- Colapsos bancários como BPN e Banif, onde prejuízos foram socializados e lucros privatizados.

Capítulo 5 – Casos Reais e Cronologia

Com base em dados públicos:

- 1980-1990: Crescimento de empresas públicas como centros de nomeação partidária.
- 1990-2000: Onda de privatizações (EDP, GALP, PT) com forte presença de ex-governantes nos conselhos de administração.
- 2000-2010: Consolidação das PPP e aumento da dívida pública associada.
- 2010-2020: Colapsos bancários e injeções de capital público em empresas privadas em falência.
- 2020-presente: Continuação das ligações cruzadas e ausência de reformas estruturais.

Capítulo 6 – Portugal Refém

O resultado é um país que parece governado mais para manter redes de influência do que para servir o interesse público.

A falta de responsabilização efetiva permite a repetição de práticas danosas, enquanto a comunicação social mainstream evita investigações profundas por dependência de publicidade estatal e privada.

Capítulo 7 – Caminhos para a Transparência

Para quebrar este ciclo seria necessário:

- Criar um registo público e obrigatório de ligações empresariais e societárias de todos os titulares de cargos públicos.
- Impor períodos de nojo mais longos antes que ex-governantes possam assumir cargos em setores regulados.
- Fortalecer entidades fiscalizadoras com independência real e meios próprios.

Sem estas medidas, o ciclo dos últimos 50 anos repetirá-se indefinidamente.